

## RELAÇÕES DE TRABALHO, GÊNERO E GERAÇÃO DAS JOVENS CAMPONESAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

LABOR RELATIONS, GENDER AND GENERATION OF YOUNG PEASANT WOMEN IN LAND REFORM SETTLEMENTS

*Sônia Fátima Schwendler*<sup>1</sup>  
*Catarina Rielli Vieira*<sup>2</sup>  
*Mariana Ribeiro do Amaral*<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa a inserção das jovens camponesas no trabalho do campo tendo como foco a questão de gênero e geração. Para esta análise, toma-se por referência pesquisa realizada em assentamento de reforma agrária no Estado do Paraná, com jovens entre 14 e 20 anos. Por meio da metodologia da história de vida e do grupo focal buscou-se compreender a trajetória de vida da juventude camponesa, em especial das jovens, e as relações de gênero que estabelecem no contexto do trabalho familiar. Argumenta-se que as hierarquias de gênero e geração, que estruturam as relações de poder em regimes patriarcais, são questionadas e/ou subvertidas pelas jovens camponesas quando estas têm acesso à escolarização e tomam consciência das desigualdades de gênero. Isso se torna possível por meio de seu engajamento em movimentos sociais (de luta pela terra, juventude, mulheres) os quais permitem a construção de novas práticas e discursos, ressignificando o lugar social da jovem camponesa.

**Palavras chave:** Jovem camponesa. Trabalho. Gênero. Geração.

- 1 Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), PhD em Estudos Latino Americanos pela Universidade de Londres, College Queen Mary. Vice-líder do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. E-mail: s.f.schwendler@qmul.ac.uk.
- 2 Pedagoga, Mestre em Educação pela UFPR. E-mail: catarina.rielli@gmail.com.
- 3 Pedagoga, Mestranda em Educação pela UFPR. E-mail: mamamaral@id.uff.br.

## ABSTRACT

This article analyses the participation of young peasant women in rural work, focusing on the issue of gender and generation. For this analysis, reference is made to a survey carried out in an agrarian reform settlement in the State of Paraná, with young people between 14 and 20 years old. Through the methodology of life history and the focus group, we sought to understand the life trajectory of peasant youth, especially the young women, and the gender relations they establish in the context of family work. It argues that gender and generation hierarchies, which structures power relations in patriarchal regimes, are questioned and / or subverted by the rural youth when they have access to schooling and become aware of gender inequalities. This is made possible through their participation in social movements (for land, youth, women) that allow the construction of new practices and discourses, re-signifying the social place of the young peasant.

**Key words:** Young peasant women. Labour. Gender. Generation.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo examina a inserção das jovens camponesas no trabalho do campo a partir dos recortes de gênero e geração. Busca-se compreender como a jovem camponesa se situa entre os limites impostos pelos regimes patriarcais de gênero (WALBY, 1997; JACOBS, 2010; SCHWENDLER, 2013) no campo e os princípios da igualdade de gênero propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelas suas escolas do campo. Parte-se da premissa que as hierarquias de gênero e geração, embora continuem presentes na organização familiar camponesa em função da cultura patriarcal, são questionadas e, muitas vezes, subvertidas pelas novas gerações que têm tido mais acesso à escolarização, à formação política em gênero, e à vivência de relações mais colaborativas (SCHWENDLER, 2013). Igualmente, argumenta-se que a participação das jovens nos movimentos sociais do campo de luta pela terra, da juventude e das mulheres tem possibilitado a construção de novos discursos e ressignificado o lugar da jovem camponesa.

Para este estudo toma-se por referência pesquisa<sup>4</sup> realizada em área de Reforma Agrária, no Assentamento Contestado, no município da

---

4 Este estudo integra o Projeto “Educação, gênero, cultura e trabalho: um estudo

Lapa, Paraná. Os assentamentos, antigos latifúndios desapropriados para fins de reforma agrária através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), têm se constituído em espaço de produção e moradia de famílias camponesas; trabalhadores/as sem terra que se organizaram em movimentos sociais e ocuparam terras improdutivas, como estratégia política de luta para a conquista da terra, da reforma agrária e da transformação social.

O território do Assentamento Contestado foi conquistado em 1999, a partir da luta do MST, e nele foram assentadas 108 famílias. Atualmente, residem em torno de 150 famílias. Pelo seu trabalho de referência em agroecologia, hospeda a Escola Latino-Americana de Tecnólogo em Agroecologia - ELAA (2005). É também sede de uma das turmas do curso de Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal do Paraná, campus Litoral (2013). Estas conquistas se articulam à luta pela terra, pela soberania alimentar e pelo direito ao conhecimento. As/os jovens do Assentamento, a partir da luta pela educação como um direito, vêm construindo sua educação formal, inicialmente na Escola Municipal do Campo Contestado e, na sequência, no Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo Contestado.

Para compreendermos como a juventude camponesa assentada, em especial a jovem mulher se situa na relação trabalho, gênero e geração, utilizamos a metodologia da história de vida (MARRE, 1991; PORTELLI, 2006; THOMPSON, 1998) - que possibilita conhecer de modo aprofundado não somente a sua trajetória de vida, mas também a percepção que esta tem das relações familiares e comunitárias. Para a coleta de narrativas juvenis através da interação coletiva, esta metodologia foi adaptada

---

de caso em assentamento de reforma agrária no Paraná” (2014-2018), que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, com financiamento MCTI/CNPQ/MEC/CAPES, edital nº 22/2014 - Ciências Humanas e Sociais e Sociais Aplicadas, sob a coordenação da professora Sônia Fátima Schwendler. Parte dos dados foram coletados na relação com o Projeto Internacional “Gender and Education in rural áreas in Brazil” - Gênero e educação em áreas rurais do Brasil - (2015-2017), co-coordenado pela professora Sônia Schwendler (Universidade Federal do Paraná) em parceria com a professora Else Vieira (Queen Mary University of London), com apoio da Academia Britânica/Fundo Newton.

ao grupo focal - uma técnica que possibilita a investigação de crenças, valores, atitudes, opiniões e processos de influência coletiva (GONDIM, 2002). Ela permite “ampliar a compreensão transversal de um tema, ou seja, mapear os argumentos e contra-argumentos em relação a um tópico específico, que emergem do contexto do processo de interação grupal em um determinado tempo e lugar” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 149-150). Foram realizadas cinco oficinas coletivas, entre os meses de julho de 2015 a junho de 2016, com dois grupos (um vespertino com o 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e outro noturno com as/os estudantes do Ensino Médio), e uma oficina em dezembro de 2017 só com estudantes do Ensino Médio. Nas oficinas, as/os estudantes foram incentivadas/os a falar de suas histórias familiares e de suas percepções em relação às questões de gênero e geração, na especificidade do trabalho no campo, a partir da teatralização e do debate motivado por documentários, músicas, propagandas e as próprias narrativas juvenis. Como complemento, realizamos entrevistas com duas jovens que participaram das oficinas. As narrativas e os debates foram gravados, transcritos e analisados a partir das categorias que emergiram na totalidade da coleta dos dados.

Este artigo situa a categoria da juventude camponesa como um ator social, político e produtivo e analisa as contradições sociais na relação entre trabalho, gênero e geração, com destaque para a relação entre as assimetrias de gênero e o processo de saída/permanência/resistência das jovens no campo. Destaca-se neste processo a releitura política, nas últimas décadas, da categoria “camponês/camponesa” pelos movimentos sociais do campo em nível nacional e internacional, enquanto resistência e afirmação de uma identidade política e de um modo específico de vida. Examina-se também a ressignificação do ser jovem camponesa<sup>5</sup>, a partir da luta pela igualdade de gênero construída nos movimentos sociais

---

5 Esta categoria “jovem camponesa” é utilizada nos movimentos sociais e, em específico, no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) para “identificar a jovem, atribuindo-lhe um lugar específico na família camponesa e no Movimento” (GASPARETO; MENEZES, 2013, p. 310). Neste artigo trabalhamos com os termos como “jovens camponesas” e “as jovens do campo” como sinônimos, a partir da sua ressignificação política pelos movimentos sociais.

do campo e de mulheres. Uma leitura a partir do método dialético da história e das narrativas das/dos jovens, estudantes do Colégio Estadual do Campo Contestado, permitiu uma análise contextualizada do impacto dos regimes patriarcais de gênero na vida das jovens camponesas (14 a 20 anos), assim como da possibilidade de resistência e mudança.

## **A JUVENTUDE CAMPONESA COMO ATOR SOCIAL, POLÍTICO E PRODUTIVO**

A juventude camponesa, compreendida aqui como *ator social*, *político*<sup>6</sup> (CASTRO, 2009, grifo nosso) e *produtivo*<sup>7</sup>, além de representar identidades sociais múltiplas, é marcada por relações hierárquicas. Elisa Castro (2009) compreende a categoria juventude, para além de um recorte de população específica, mas, principalmente, a partir dos processos de interação social e as configurações em que está imersa. Para a autora, além de representar identidades sociais, juventude é “uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social” (CASTRO, 2009, p. 182). Estas relações são também “reveladoras das construções e disputas de significados da categoria *juventude rural*, e da posição que os assim identificados ocupam na hierarquia das relações sociais” (CASTRO, 2009, p. 205, grifo do autor).

No contexto do campo, uma das características da *condição juvenil* (ABRAMO, 2005) é sua inserção no processo de trabalho como sujeito

---

6 Tomamos o conceito de juventude camponesa como ator social e político de Elisa Castro (2009). Para a autora, a não valorização desta categoria social contribui para a sua invisibilidade. No entanto, os movimentos sociais do campo têm-se constituído como palco para o processo organizativo da juventude como ator político, o que por sua vez, tem contribuído para a legitimação do jovem como ator social nos processos de produção, reprodução e transformação do contexto do meio rural brasileiro.

7 Neste artigo, para além de se compreender a juventude como um ator social e político, a partir de Castro (2009), os dados empíricos evidenciam a juventude também como um ator produtivo, a partir da sua inserção nas relações de produção familiar. Contudo, este processo ocorre geralmente por meio de uma relação subalternizada, em função das hierarquias geracionais, bem como da quase ausência de políticas públicas, promotoras da autonomia econômica das/dos jovens do campo.

subalterno dentro da unidade familiar. Esta e outras formas de exclusão social, segundo Castro (2009), são uma marca da juventude rural no Brasil, seja em função da invisibilidade de suas demandas nas esferas das políticas públicas, seja pelas complexas condições de permanência das/dos jovens no campo em um contexto marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar.

No entanto, esta exclusão, intensificada pelas políticas neoliberais que aprofundam as transformações agrárias e afetam as condições de (re) produção do modo de vida do campesinato, é confrontada pela própria juventude, que se constitui como ator político através dos movimentos sociais do campo. O vínculo com os movimentos de luta pela terra tem contribuído para que as/os jovens construam possibilidades de acesso aos programas e projetos, ao mesmo tempo em que lutam por um espaço enquanto território para a afirmação de sua identidade camponesa (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015), que implica o acesso à terra, bem como a defesa de um modelo de desenvolvimento de campo que viabilize a (re) produção da existência.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, defendem um projeto de agricultura camponesa, baseada na “soberania alimentar”<sup>8</sup>, que implica que os povos do campo tenham o direito de definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares, de produzir alimentos saudáveis, culturalmente adequados, com métodos sustentáveis (DESMARAI, 2003). Os movimentos sociais do campo defendem a agroecologia, uma “ciência que aplica conceitos e princípios ecológicos no processo de criação e viabilização de ecossistemas agrícolas sustentáveis” (ALTIERI, 2009, p. 103, tradução nossa). A agroecologia se constitui como alternativa viável e contra hegemônica ao modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e no uso intensivo de agroquímicos e pesticidas, que se instaurou com a revolução verde.

---

8 Este paradigma foi lançado pela Via Campesina - organização que integra os movimentos sociais do campo em nível mundial - na Cúpula Mundial sobre a Alimentação de 1996, em Roma, na Itália.

A Revolução Verde promoveu um pacote que incluía variedades melhoradas, fertilizantes e irrigação, marginalizando um grande número de agricultores que não podiam arcar com os custos da aquisição de tecnologia. Nas áreas em que os agricultores adotaram os pacotes, estimulados pelos programas governamentais de extensão e crédito rural, a disseminação de híbridos e variedades melhoradas fez aumentar muito o uso de agrotóxicos, geralmente trazendo sérias consequências para o meio ambiente. A elevada uniformidade causada pelo cultivo de grandes áreas com poucas variedades melhoradas aumentou o risco para os agricultores. Culturas geneticamente uniformes mostram-se mais suscetíveis a pragas e a doenças, assim como não demonstraram bom desempenho nos ambientes marginais em que vivem os agricultores mais pobres (ALTIERI, 2012, p. 30-31).

O período da revolução verde foi inaugurado no Brasil (na década de 1950-1960) a partir de uma série de políticas públicas fomentadoras do uso de insumos agrícolas e maquinários para a produção da monocultura em larga escala. Este modo de produzir é caracterizado como convencional pela população do campo, uma vez que foi a maneira que se convencionou pelo Estado. O chamado pacote verde encaminhou formas de manejo da terra que além do uso de agrotóxicos, pesticidas, fertilizantes químicos, transformou as relações comerciais da agricultura familiar.<sup>9</sup> Na década de 1990, este modelo se amplia e se complexifica a partir de uma lógica neoliberal do capitalismo no campo, o chamado *agrobusiness* (*agro+negócio*). O agronegócio, expressa o aprofundamento “do modelo do capital na agricultura, agora hegemônico pelo capital financeiro. Mas também, é a expressão de uma nova aliança de classes no campo brasileiro.” (MARTINS, 2014, p. 66). Esta nova ordem social afeta diretamente a vida das comunidades camponesas e dos povos originários, pois confronta o modo de vida e de produção destas populações.

---

9 Por constituir um conjunto de exigências demandadas principalmente pela orientação das visitas técnicas de profissionais agrícolas, o pacote verde gerou um grande número de famílias endividadadas.

No Assentamento Contestado, ainda que existam diversos lotes convencionais, o que é comum nos assentamentos de reforma agrária, desde o início de sua constituição houve uma opção política de praticar a produção agroecológica<sup>10</sup>. Mais de 50% das famílias produzem com padrões agroecológicos e 38% possuem a certificação (ARIAS GUEVARA; WESZ JUNIOR, 2012). Neste contexto, o lugar das/dos jovens pode ser o de dar continuidade ou romper com esses processos. O depoimento sobre a história de vida de um jovem assentado mostra a importância da participação da juventude camponesa na construção da Agroecologia:

*Eu me criei produzindo [alimentos orgânicos], e meus pais já trabalharam com a produção convencional. E o que eles me relataram é que a produção de hortaliças orgânicas e demais produtos estão tendo uma saída enorme e, aos poucos, estão derrubando a venda de produtos com veneno, do agrotóxico. Daí o meu plano daqui a cinco, dez, trinta anos, é ir expandindo essa produção para ir levando cada vez mais longe. Reestruturar a nossa produção e nossa vida. E meu principal plano é cursar o Técnico em Agroecologia, para ter mais o conhecimento sobre a terra, sobre as plantas. (Educando, Ensino Médio - Oficina, dez. 2017, grifo nosso).*

A educação agroecológica (com cursos em nível técnico e superior) tem sido institucionalizada desde 2000, pelo MST, em conjunto com outros movimentos sociais, por meio de parcerias com universidades e institutos de educação (SCHWENDLER; THOMPSON, 2017). Esta estratégia política dos movimentos sociais objetiva transformar estudantes em intelectuais orgânicos, capazes de influenciar a adoção de práticas agrícolas contra hegemônicas (MEEK, 2015). Estes cursos, além da formação técnica, contribuem para formação política e organizativa da própria juventude

---

10 Um exemplo de produção agroecológica é a criação de nichos de agroflorestas, que permitem que os alimentos sejam produzidos em espaços arborizados. A alternância no cultivo de espécies intercaladas multiplica o rendimento da produção (TORINELLI, 2017). Desse modo, cria-se o conjunto de agroecossistema que se equilibra no tempo e na dinâmica da natureza, a partir do trabalho das famílias camponesas (MONTEIRO, 2012).



do campo,<sup>11</sup> como acontece na Escola Latina de Agroecologia,<sup>12</sup> no Assentamento Contestado. “Dentro do MST tem uma juventude bem organizada e que é bem grande”, afirma umas das jovens assentadas que busca contribuir na organização da juventude neste Assentamento (Educanda, Ensino Médio, Entrevista, dez. 2017).

A juventude do campo enquanto categoria de análise, conforme explica Stropasolas (2005), se apresenta em uma relação hierárquica subalterna de poder perante as gerações mais velhas. O fator geracional, na vida das mulheres jovens, se intersecciona com a hierarquia de gênero, determinada pelos regimes patriarcais<sup>13</sup>. Considerando as hierarquias geracionais, além de empoderar a juventude enquanto sujeitos políticos, sociais e produtivos, estes espaços formativos do assentamento têm contribuído para romper assimetrias de gênero ao qualificar as mulheres numa área de conhecimento de domínio masculino (SCHWENDLER; THOMPSON, 2017). Como efeito das hierarquias ligadas à cultura patriarcal, elas participam destes espaços educativos em menor número. Por exemplo, na ELAA, das três turmas que se constituíram entre 2005 a 2013, totalizando 120 formandos no curso de Graduação de Tecnologia em Agroecologia, 77 eram homens e 43 mulheres (REZENDE, 2018). Para Stropasolas (2005, p. 15), “é justamente no campo das relações de gênero e geração que se situa um dos principais fatores de tensão e, ao mesmo tempo, de redefinição de valores e identidades na agricultura familiar”.

---

11 A organização da juventude contribui para que as/os jovens participem de programas de financiamento, direcionados a incentivar a sua inserção na produção agrícola e a serem protagonistas na geração da própria renda sem se desvincular das origens camponesas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Jovens, que beneficia jovens de idade entre 16 a 29 anos (BNDES, 2017).

12 O Curso é ofertado a partir de uma parceria entre a Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo - CLOC/Via Campesina e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). As três turmas já formadas envolveram 19 organizações camponesas, que incluíram educandas/os brasileiras/os de 18 estados e de diversas nacionalidades da América Latina, como: Paraguai, Equador, Colômbia e República Dominicana. Atualmente, está em processo de formação a quarta turma.

13 Connell (1995) compreende que as relações de gênero se situam dentro de estruturas patriarcais quando distintas práticas colocam os homens em autoridade sobre as mulheres.

O modelo organizativo de certificação agroecológica<sup>14</sup> no Assentamento Contestado (que pode ser individual, mas exige a organização coletiva) torna-se também um espaço democrático para as mulheres e para a juventude, como constatado por uma das jovens assentadas (entrevista, dez. 2017), coordenadora de um dos grupos agroecológicos, certificada desde os 16 anos. “É por pessoa o certificado. Daí cada um [pai e mãe] recebe o certificado no nome deles. Eu tenho outro certificado como se eu fosse outra família.” Esse tipo de configuração permite que as jovens se insiram no contexto produtivo econômico e, além disso, cria elementos simbólicos para pensar as desigualdades de gênero na sua realidade (BRUNO et al., 2013).

### **AS ASSIMETRIAS DE GÊNERO E O PROCESSO DE SAÍDA/ PERMANÊNCIA/ RESISTÊNCIA DAS JOVENS NO CAMPO**

O contexto em que se encontram as jovens do campo traz a demanda da luta de gênero na luta pela terra (SCHWENDLER, 2015), porque além das hierarquias geracionais, elas enfrentam as assimetrias de gênero na organização familiar camponesa. Destituídas historicamente de direitos, são elas as principais vítimas do processo migratório do campo para a cidade, o que contribui para o fenômeno do envelhecimento e da masculinização do campo, pois como revela Ricardo Abramovay (1998), a maioria dos casos de migração campo-cidade, é da população jovem e feminina.

No caso das jovens, diversos fatores têm contribuído para a sua saída do campo. Destaca-se aqui “sua inserção desfavorável na agricultura familiar, relacionada à sua restrita autonomia econômica na gestão e acesso aos recursos produtivos, na ausência de políticas públicas direcionadas,

---

14 Os processos de certificação orgânica e agroecológica, realizados através da Rede EcoVida de Agroecologia de Certificação Participativa, permite com que as/os produtoras/es possam vender seus produtos como agroecológicos (ABREU; SANTOS; CAZELLA, 2015). Este modelo participativo exige a organização coletiva. As famílias que são certificadas como agroecológicas se organizam em grupos e se autofiscalizam em relação à adoção de práticas agroecológicas sustentáveis.

na desvalorização atribuída ao seu trabalho e à falta de perspectiva no acesso e herança<sup>15</sup> da terra” (BUTTO; HORA, 2010, p. 140). Muitas vezes, a mulher jovem encontra o caminho do casamento para dar continuidade a sua vida rural e as que se mantêm solteiras procuram trabalhos nas cidades por se perceberem deslocadas do modo de vida camponês (PAULILO, 2009). Conforme afirmaram algumas entrevistadas no relato de suas histórias de vida, “na adolescência a gente ajuda os pais, na horta, no morango. E temos sonhos de conhecer o mundo.” (Educandas, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Grupo focal, jul. 2015).

Pesquisas sobre mulheres do campo, como a de Sirlei Gaspareto e Marilda Menezes (2013) com as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em Santa Catarina, revelam que das 21 jovens entrevistadas, apenas três manifestaram o desejo pela profissão de agricultora. Contudo, a maioria manifestou o desejo pela permanência no campo como lugar de moradia. Além disso, se o campo oferecesse alternativas de vida para as jovens, elas buscariam a profissão de agricultoras. Percebe-se que a busca da profissão está atrelada às condições de trabalho no campo, que passa também pelo recorte de gênero e geração. Elas destacam a ausência de condições de trabalho remunerado para as jovens, a falta de autonomia em função das relações hierárquicas na vida familiar, o machismo, a falta de oportunidades de lazer e de novas sociabilidades no campo. Para elas, a permanência no campo estaria dificultada pela falta de terra e renda; acesso à educação e valorização enquanto mulher, trabalhadora.

Na mesma direção, a Pastoral da Juventude Rural afirma que as desigualdades nas relações de gênero no campo, intercaladas com o difícil acesso ao trabalho remunerado, à terra e “a própria ausência de serviços públicos - como a educação, a saúde, o fomento, a cultura, o esporte e

15 No campo, culturalmente, em muitos casos, as mulheres herdaram a propriedade quando são filhas únicas, quando somente há filhas mulheres ou quando o filho homem não quer dar continuidade ao lote. O seu acesso à propriedade de terras também depende da sua união conjugal com um agricultor. Sendo consideradas como filhas ou esposas do agricultor, invisibilizando sua identidade como camponesa, as mulheres são sempre as primeiras a serem excluídas da possibilidade de assumir a herança (PAULILO, 2009).

o lazer para o campo - implicam em processos sociais contraditórios e de conflitos para os (as) jovens rurais” (ALVES; VINHA, 2015). Além disto, levam as jovens, muitas vezes, a buscarem a migração, ou de outro modo, a se organizarem em movimentos de luta pela terra e de mulheres camponesas.

A migração das jovens que buscam a escolarização - e que geralmente se inserem no trabalho doméstico urbano como condição - tem modificado a paisagem rural (RENK, 2004). Este é também o cenário dos assentamentos de reforma agrária. Contudo, a participação nos movimentos de luta pela terra e de mulheres, e a conquista de escolas de ensino fundamental, médio e cursos superiores, em especial aqueles vinculados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), como ocorre no Assentamento Contestado, têm contribuído para a permanência das/dos jovens no campo e a ressignificação do que é ser camponês/jovem camponesa. A construção política dessas categorias pretende transformar a visão que identifica o campo com o atraso, a precariedade, a ignorância. Busca-se concebê-lo “enquanto lugar com qualidade de vida, em que o sentido do trabalho não é nem opressor nem explorador, mas livre e pertencente a quem produz” (GASPARETO; MENEZES, 2013, p. 212).

## **A RESSIGNIFICAÇÃO DO SER JOVEM CAMPONESA E A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO MST**

A inserção das/dos jovens nos movimentos sociais do campo e na organização das mulheres camponesas tem contribuído para a construção das categorias “juventude camponesa” e “jovem camponesa”. A busca pelo reconhecimento e pela visibilidade do trabalho desenvolvido historicamente pelas mulheres, assim como a conquista de direitos através da organização das mulheres camponesas, em movimentos autônomos ou mistos, têm tido um significativo impacto nas gerações mais jovens, que ressignificam o ser mulher camponesa. A reestruturação de gênero, segundo Sylvia Walby (1997), ocorre num contexto de reestruturação

econômica, política e sociocultural, que insere as/os jovens do campo no mundo globalizado, com acesso as tecnologias de comunicação, e com maior acesso à escolarização.

A participação das mulheres na luta pela terra tem contribuído para ampliarem seu capital cultural e político (SCHWENDLER, 2013). Sua participação na esfera pública contribui para subverter padrões masculinos de organização do trabalho e da luta social. Neste contexto, de forma estratégica, com a intencionalidade de promover transformações na cultura patriarcal, as mulheres Sem Terra criaram em 1996 o Coletivo de Gênero do MST. Transformado mais tarde em setor, este se constitui como um espaço de formação da consciência de gênero de mulheres e homens nos acampamentos e assentamentos, assim como uma ferramenta para a proposição de políticas e ações estratégicas com vistas à transformação das relações e *habitus*<sup>16</sup> de gênero no campo (SCHWENDLER, 2015). O *habitus*, como “produto da história, produz práticas individuais e coletivas de acordo com os esquemas engendrados pela história” (BOURDIEU, 1977, p. 82, tradução nossa), que envolvem tensões e contradições. O *habitus* segue as mudanças da sociedade, mas dentro de certos limites da continuidade. Neste processo, articulado às mudanças estruturais e conjunturais, a agência e a experiência (individual e coletiva) assumem um papel essencial.

A experiência da luta pela terra, num contexto onde as famílias vivenciam a organização coletiva no espaço do acampamento, tem se constituído num campo de produção de diferentes disposições para a prática social e a subversão dos próprios *habitus* de gênero. Contudo, este processo não é linear e nem atinge as pessoas da mesma forma. Os indivíduos e grupos, como o das mulheres camponesas em luta pela terra, respondem às novas situações e criam estratégias para enfrentar as desigualdades e hierarquias de gênero tendo por base não somente o contexto em que se inserem, mas também suas histórias, a posição que

16 Toma-se o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu que o define como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações.” (1990, p. 53, tradução nossa).

ocupam nas hierarquias de gênero, geração, da classe, da raça/etnia, assim como os conhecimentos que acumularam enquanto capital social, cultural e político (SCHWENDLER, 2013). Esta perspectiva de análise, que articula o campo de atuação dos sujeitos, os diferentes tipos de capital e o *habitus* em transformação (BOURDIEU, 1990), contribui para compreender como as pautas específicas das mulheres camponesas traduzem a singularidade de suas lutas no contexto da luta de classe.

Carmen Diana Deere e Magdalena León (2001) enfatizam o caráter classista da luta de gênero das mulheres camponesas, ao afirmarem que, para além do reconhecimento das assimetrias de gênero, suas demandas passam pela reivindicação da redistribuição material, do acesso da mulher à propriedade da terra, o que é crucial para acabar com a sua subordinação aos homens. A partir desta análise, é possível salientar que as opressões de gênero não se reduzem à esfera simbólica, mas estão diretamente ligadas à negação histórica do direito à terra pela trabalhadora rural (SCHWENDLER, 2014). Na luta pela reforma agrária, um dos primeiros debates sobre o acesso à distribuição e titulação da terra pelas mulheres e pelos jovens solteiros (tanto do sexo masculino como feminino) foi feito na primeira grande ocupação massiva do MST, na antiga fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, em 1985, como revelam os dados de pesquisa de Schwendler (2013, p. 135):

Isto tem que ser destacado como um momento importante, em que houve um movimento organizado da Annoni, para que as mulheres solteiras fossem reconhecidas como cidadãs, com o mesmo direito e deveres dos homens. Foi o MST, a luta das mulheres internas, que acabou criando uma consciência. [...] Depois, era tranquilo nos acampamentos, as mulheres jovens, solteiras, que tiveram o direito de se cadastrar igual a um homem, que foi uma batalha feita em 1985 na ocupação da Annoni. Agora tem muita mulher que vai pra os acampamentos, solteiras ou as casadas. Elas que vão primeiro (D. M., camponês assentado na Annoni, RS).<sup>17</sup>

---

17 Entrevista concedida à Sônia Fátima Schwendler, em março de 2011, citada em Schwendler (2013).

A Constituição de 1988 tornou possível a titulação conjunta e o direito das mulheres à terra. Mas foi somente com a formulação da Portaria nº 981/2003, que este preceito se torna compulsório (SCHWENDLER, 2014). A Instrução Normativa nº 38/2007 estabeleceu medidas jurídicas que asseguraram a participação das mulheres, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família. Estas normatizações do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) elevaram o índice de participação das mulheres como beneficiárias da reforma agrária em aproximadamente quatro vezes (INCRA, 2012)<sup>18</sup>.

O empoderamento das mulheres na luta pela igualdade de gênero, que também ocorre em função de sua participação nos espaços da Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina, tem contribuído para que elas demandassem a adoção do feminismo camponês e popular e a paridade de gênero (SCHWENDLER, 2015). Com este princípio organizativo, instituído em 2000, cada núcleo de base nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária é coordenado por um homem e uma mulher. Esta norma, que posteriormente foi adotada em toda estrutura organizativa do MST, da base à direção nacional, tem ampliado significativamente a participação das mulheres nas instâncias decisórias do MST, possibilitando também a ressignificação das demandas e dos processos organizativos; construídos historicamente a partir dos padrões e das percepções masculinas.

As jovens participam destes espaços e são grandes defensoras do feminismo camponês e popular que se constrói a partir da luta de base, fundamentada na Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987) e no vínculo entre a igualdade de gênero e a luta de classe. Esta perspectiva feminista é baseada na realidade vivenciada pelas mulheres e jovens do campo, e na defesa de uma agricultura camponesa, baseada nos princípios da agroecologia, da cooperação e da soberania alimentar como um direito

---

18 O Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA) aponta que o percentual de mulheres ultrapassa os 48% do total dos beneficiários entre os anos 2008 e 2010. Até o começo dos anos 2000, apenas 13% das assentadas tinham o título do lote (INCRA, 2012).

das comunidades camponesas e dos povos originários, com justiça e democracia de gênero (SCHWENDLER, 2017).

O crescimento do número de mulheres e de jovens no MST é visível na composição da direção nacional, estadual, regional e local, nas marchas, nos congressos, nos seminários e encontros de formação, incluindo os específicos para mulheres e juventude. Destaca-se a I Assembleia Nacional da Juventude Sem Terra, durante o VI Congresso Nacional do MST, em 2014. “O MST é um dos espaços das jovens dos assentamentos, representa o lugar da política, de sociabilidade, de expressão cultural” (SALES, 2010, p. 439).

Para Celecina Sales (2010), embora a inclusão da temática de gênero e juventude na agenda pública e nos movimentos sociais represente um avanço, principalmente em função do desenvolvimento de políticas e ações específicas, deixa de fora grupos significativos e participativos, como as mulheres jovens do campo. No entanto, o lugar das jovens no MST começa a ser aberto e sua presença traz questões - como a violência, oportunidades de trabalho, educação, discriminação e sexualidade - que questionam as estruturas de poder e de saber, desenhando novos espaços e áreas de atuação. A autora destaca que a participação das jovens na luta social, assim como o aumento da escolaridade, tem contribuído para que elas estejam desterritorializando-se e opondo-se às representações tradicionais do que é ser mulher camponesa. Destaca-se aí o próprio debate de gênero fomentado pelas escolas do movimento social, vinculado à matriz pedagógica do trabalho, que possibilita a construção de estruturas teórico-práticas que fomentem uma sociabilidade baseada nos princípios da igualdade de gênero (VIEIRA, 2018). A fala do diretor do Colégio Estadual do Campo Contestado exemplifica esta questão:

*A matriz pedagógica da escola tem o trabalho. O sistema nos divide. Na nossa proposta temos o autosserviço. Aqui tem a merendeira, mas quem come na Escola Latina tem que lavar o seu prato. E ninguém perde o dedo por isso. Senão vai sobrar só para as mulheres. Lavar o prato faz diferença porque nos coloca em igualdade com as mulheres. Senão mantém as relações de*



*exploração. O branco explora o negro, o homem explora a mulher e o patrão explora o criado. Isso faz diferença.* (Grupo focal, mar. 2016).

A partir do protagonismo das mulheres, incluindo as jovens, o MST desenvolve nas suas instâncias organizativas o aprofundamento do debate das desigualdades de gênero para que no território do movimento social as novas gerações de lutadoras e lutadores, a juventude, avancem nas conquistas do campesinato, construindo um território livre do patriarcado.

### **OS REGIMES PATRIARCAIS DE GÊNERO E SEU IMPACTO NA VIDA DAS JOVENS DO CAMPO**

Apesar do potencial transformador destas novas estruturas organizativas, as mudanças se efetivam nos limites de um “modelo de agricultura familiar que é patriarcal, e reproduz valores hierárquicos, principalmente na questão de gênero e geração” (VIEIRA, 2015, p. 38). Os regimes patriarcais de gênero estão presentes na realidade do campo, e se reproduzem através dos discursos, dos *habitus* e das práticas de gênero (SCHWENDLER, 2013). Sylvia Walby (1997) argumenta que os regimes de gênero, como sistemas de estruturas interconectadas de gênero, refletem as distintas articulações e combinações das estruturas patriarcais em relação à produção familiar, às relações sociais no trabalho remunerado, no estado, nas instituições culturais, e por meio da violência masculina e das relações patriarcais na sexualidade. A autora destaca também que os regimes de gênero se constituem mutuamente a partir da classe, da raça/etnia. De modo articulado, a reestruturação dos regimes de gênero implica ainda as diferenças geracionais, as distintas formas de organização familiar, assim como a agência das mulheres na sociedade.

Susie Jacobs (2010) traz a concepção dos regimes de gênero para o debate da reforma agrária. Considerando as diferenças nos regimes de gênero entre e dentro das sociedades, a autora analisa o campesinato em

termos de regimes patriarcais de gênero. Jacobs (2010) destaca diversas situações que contribuem para que os regimes patriarcais de gênero se produzam e reproduzam no campo: 1) o relativo isolamento espacial das comunidades e famílias camponesas; 2) a combinação de tarefas produtivas e domésticas em uma única unidade familiar (exploração/subordinação); 3) o controle do trabalho pode tornar-se controle sobre o corpo feminino, o que expande a identidade masculina no interior da comunidade camponesa, a partir das masculinidades hegemônicas, compreendidas por Connell (1995, p. 188) como uma “configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”.

Os regimes patriarcais de gênero também têm um impacto geracional. Segundo Elisa Castro (2009, p. 193), o peso da autoridade paterna no espaço doméstico, reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote, cria “mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais, principalmente sobre mulheres, que se estendem para os espaços que frequentam”.

A juventude camponesa, de modo geral, tem sido socializada a partir destes parâmetros de organização da unidade familiar que também atua como unidade de produção, onde o processo de trabalho pode ser compreendido como “espaço privilegiado de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção agrícola” (WEISHEIMER, 2015, p. 38). Neste contexto, a divisão sexual do trabalho, elemento estruturante dos regimes patriarcais de gênero, produz padrões de comportamentos que se estruturam numa ordem binária e sexuada que não só diferencia, mas também hierarquiza o trabalho segundo o sistema sexo/gênero. Assim, a definição do que é trabalho e do que não é trabalho no campo vai além de uma simples divisão de tarefas, mas se estrutura a partir da oposição entre casa e roçado (HEREDIA, 1979).

Em entrevista, uma jovem assentada apontou como a divisão de tarefas está relacionada à diferenciação entre casa e roçado e a dificuldade de estabelecer relações cooperativas no interior da família: “[...] a mulher foi para a roça, mas o homem não veio para dentro de casa. Também tem

isso. A mulher trabalha na casa, a mulher trabalha na roça, a mulher cuida do filho, mas o homem não vem para dentro. Ainda é bem difícil isso.” (Educanda, Ensino Médio, Entrevista, dez. 2017). Além desta divisão sexual do trabalho, há uma cobrança sobre as jovens camponesas, destacada no relato: “se chega em casa e não está tudo organizado a culpa vai ser minha, porque eu não fiz.” (Educanda, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Grupo focal, nov. 2015).

Para Beatriz Heredia (1979), esta oposição entre casa e roçado não só define as responsabilidades de cada membro da organização familiar, como também as esferas de autoridade. Desse modo, a mulher e as/os jovens, apesar da longa jornada de atividades, não estariam trabalhando, mas sim ajudando. Sendo o trabalho uma prerrogativa do chefe da família, este também possui o poder sobre todo o processo de produção e comercialização dos produtos (RENK; BADALOTTI; WINCKLER, 2010). Tendo como referência Bourdieu (2009), percebe-se como a dominação masculina encontra aí, na divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, onde os homens têm privilégios, as condições concretas para sua efetivação. Os *habitus* moldados por tais condições funcionam como “matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais” (BOURDIEU, 2009, p. 45). Como parte da violência simbólica a que as mulheres estão sujeitas neste processo de dominação, elas próprias aplicam às relações de poder em que estão envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação destas relações de poder (BOURDIEU, 2009).

Este processo de dominação e desigualdade entre homens e mulheres na tomada de decisões (SILVA; PORTELLA, 2006) pode ser evidenciada no assentamento. Uma das estudantes que participou da pesquisa revela que na sua casa é o pai quem decide sobre a renda, tendo como referência o que seja prioritário para ele. “Pra comprar um shampoo é uma guerra lá em casa. Ele não me deixa colocar a mão. Porque o pai pensa assim, é melhor você estar com a barriga cheia do que com a barriga

vazia. A mãe não gosta muito, mas tem que engolir.” (Educanda, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Grupo focal, nov. 2015).

Esta narrativa revela as hierarquias de gênero e geração, os conflitos geracionais, bem como a subalternização da mulher em função dos regimes patriarcais de gênero que permeiam a organização familiar camponesa, e dos conflitos de interesse vinculados ao poder de barganha de cada membro da unidade familiar. Neste contexto, o trabalho com geração de renda é fator importante para a inserção das jovens na vida adulta e a construção de sua autonomia, embora esta ocorra nos limites da cultura patriarcal:

*Eu faço doce de leite. O pai leva para vender. A mãe ajuda eu. É importante. A parte do dinheiro é meu. Eu tenho que pensar assim: eu quis arrumar meus dentes então eu guardo o dinheiro todo mês. Acho que é coisa boa porque aí eu tenho consciência de onde gastar. Aprende-se a dar valor ao teu dinheiro.* (Educada, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Grupo focal, nov. 2015).

A maioria das/os jovens do campo, apesar de trabalhar junto nas demandas do roçado e compreender a importância da própria renda, afirma que quem decide sobre a produção e a aplicação da renda é “o pai e a mãe”. Assim, as jovens se encontram em posição de “ajuda”. “Eu trabalho, eu ajudo, só que o projeto é no nome da minha mãe e do meu irmão, então eu só ajudo a colher, a lavar, a regar, a colocar nas caixas e só!” (Educanda, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Grupo focal, nov. 2015). Como se fosse pouco trabalho, as jovens camponesas inseridas na lida do campo trabalham ao lado dos homens “na capina, colheita e trato dos animais, mas assumem praticamente sozinhas o preparo da comida, a limpeza da casa, a transformação de alimentos e as atividades de artesanatos” (BRUMER; PANDOLFO; CORADINI, 2008, p. 3). Atividades estas concebidas como sendo naturalmente femininas.

Um fator interessante que aparece na pesquisa é que a jovem camponesa tem seu trabalho designado como ajuda tanto para o pai no trabalho da roça, quanto para a mãe no trabalho doméstico, revelando

que a ajuda é um valor não remunerado e não considerado como trabalho, sobretudo para as jovens. “Quando eu morava com meus pais eu também fazia isso [trabalho doméstico], e eu ajudava na roça” (Educanda, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Grupo focal, nov. 2015). A presença das meninas no trabalho reprodutivo e no produtivo do campo, marca nas jovens do Assentamento Contestado uma dupla jornada de trabalho, como revela a educanda “Que nem agora que minha mãe tá fora, eu pego, eu vou cedo, eu limpo o morango. 10 horas eu venho e limpo a casa, faço almoço e vou para a escola.” (Ensino Médio, Grupo focal, mar. 2016).

As ocupações definidas para as mulheres extrapolam o limite do ambiente privado, ainda que essa “ajuda” faça parte do conjunto de atividades que compõe a produção de existência das famílias (ESMERALDO, 2013). Nesse sentido, as hierarquias reproduzidas nos regimes patriarcais de gênero fazem com que elas vivam sob a dupla jornada de trabalho e, nesse processo, absorvem também as jovens. O trabalho doméstico, então, torna-se responsabilidade da mulher e a roça do homem, embora a mulher participe ativamente de ambos, e em alguns casos, o homem também “ajude” nas tarefas domésticas, consideradas de menor valor.

*Na minha casa, por exemplo, agora minha mãe tá viajando, chego em casa tenho que limpar a casa, fazer a janta. Quando ele [o pai] chega da roça eu já terminei de limpar. Daí ele sempre me ajuda quando minha mãe não tá, ou quando a mãe está, ele sempre ajuda também, ela ajuda lá fora também.* (Educanda, Ensino Médio, Grupo focal, nov. 2015).

O que ficou evidenciado nas narrativas juvenis foi a importância do valor do trabalho na ordem simbólica camponesa. Como nos mostra Gema Esmeraldo (2013), o trabalho produtivo, considerado como aquele que gera a renda da família, assim como a autoridade masculina, requer que o trabalho feminino seja invisibilizado, concebido apenas como uma ajuda (ESMERALDO 2013), como extensão do trabalho doméstico. Consequentemente, um conjunto de atividades no campo que produz

bens e serviços para o consumo da família é desconsiderado e identificado como trabalho “reprodutivo” (SCHWENDLER, 2013).

Em pesquisa em outro assentamento de reforma agrária no Paraná (BRANCO; SILVA, 2006), as/os jovens relatam uma expressiva divisão sexual do trabalho e do lazer entre a juventude do campo. Os dados revelam que enquanto as meninas contribuem junto às mães nas tarefas domésticas, na “ajuda” na roça e frequentam a escola, os meninos exercem o trabalho no roçado da família, trabalho remunerado em outros lotes, e também frequentam a escola. A limitação das jovens para as atividades de lazer também é um fenômeno observado no assentamento, da pesquisa de Maria Tereza Castelo Branco e Franciele Silva (2006), expresso nos discursos denunciadores das jovens quanto à divisão desigual de liberdade do ir e vir entre os gêneros, de frequentar festas e participar dos esportes presentes na cultura local. Contudo, no Assentamento Contestado, as mulheres e as jovens organizam e participam de esportes.

Para Vilênia Aguiar e Valmir Stropasolas (2010, p. 176) o fato de as jovens “não terem ‘liberdade para sair’ estimula nelas o desejo de morar na cidade, onde ‘as moças possuem mais liberdade’”. Por outro lado, gera conflitos geracionais no campo, permeados pelos regimes patriarcais de gênero. Estas tensões puderam ser observadas em diversos momentos das oficinas que realizamos com as/os estudantes da escola. As jovens denunciavam o machismo, a superioridade do pai nas decisões, justificada geralmente pelo valor do seu trabalho e a partir do discurso da proteção paterna. “Meu pai é muito machista. Pergunta pras minhas amigas, ele não me deixa sair pra lugar algum”. (Educanda, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, Grupo focal, nov. 2015). Outra jovem também destaca o quão difícil é fazer o debate das assimetrias de gênero e geração que se faz na escola com os próprios pais. “Aqui a gente percebe a discussão na escola. Mas se levar para a casa, não consegue discutir abertamente. O pai vai olhar com cara feia e dizer que sustenta a gente. Vai dizer que trabalha o dia inteiro.” (Educanda, Ensino Médio, Grupo focal, nov. 2015).

O acesso à escolarização e a formação em gênero refletem o questionamento das jovens diante da cultura patriarcal fortemente

reproduzida no interior das famílias. A jovem do Ensino Médio, que participou das seis etapas das oficinas (grupos focais, realizados entre 2015 a 2017) desenvolvidas na escola a partir dos projetos de pesquisa, em entrevista (dez. 2017), afirma que “a formação que a gente teve dentro da escola foi essencial para que a gente começasse a mudar dentro de casa. Porque antes de ter essa formação dentro da escola eu não entendia as relações de gênero.” Essa consciência de gênero, produzida na reflexão sobre a realidade material das jovens, foi fundamental para a agência das jovens no sentido de questionarem, ou até subverterem assimetrias de gênero e geração no espaço familiar. A partir das histórias de vida de cada uma, elas expuseram circunstâncias modificadas com as suas próprias iniciativas de mudança no interior da família.

## CONCLUSÕES

Compreendendo a juventude camponesa como ator social, político e produtivo, este artigo examinou como a jovem camponesa situa-se entre os limites impostos pelos regimes patriarcais de gênero e os princípios e aprendizados da luta pela igualdade de gênero que vem se construindo no MST e, em suas escolas do campo, a partir do protagonismo das mulheres camponesas. O empoderamento e a agência das jovens, visível nas oficinas (grupos focais), revelam que o enfrentamento das desigualdades de gênero e geracionais e a construção de novos valores, novas práticas e *habitus* socioculturais requerem o acesso à formação de gênero. No entanto, estas mudanças que não são uniformes, lineares e nem atingem as jovens da mesma forma se efetivam nos limites de uma realidade marcada por desigualdades econômicas, por um modelo de agricultura em disputa, e dentro de um contexto em que os regimes patriarcais de gênero são marcantes.

A juventude camponesa, além de marcada por relações de hierarquia social, de gênero e geração, encontra-se inserida num contexto de transformação agrária, de expropriação do território do campesinato e de subjugação de seu trabalho e sua renda ao capital. Destaca-se a

resistência da juventude, através de sua participação nas lutas dos movimentos sociais de campo, elemento constituidor de sua identidade camponesa. A participação das jovens nestes espaços, assim como nas lutas específicas das mulheres pode ser sublinhado como fator crucial na resignificação de sua identidade com o campo. É nestes espaços que elas conseguem construir não somente uma consciência de gênero, frente à forma desigual em que elas estão inseridas na organização familiar camponesa e nas políticas públicas, mas também formular novas práticas e *habitus* que contribuam para resignificar o ser mulher camponesa. A vivência de relações de gênero mais colaborativas na divisão social do trabalho, a paridade de gênero no MST, assim como o protagonismo das mulheres na luta pelo modo de vida e pela produção agroecológica têm sido cruciais para a mudança de *habitus* e a resignificação da identidade política das mulheres do campo.

O que ficou evidente a partir dos dados da pesquisa é que as hierarquias de gênero e geração, embora continuem presentes na organização familiar camponesa em função da cultura patriarcal, são questionadas e, muitas vezes, subvertidas pelas novas gerações que têm tido maior acesso à escolarização, à formação em gênero e à vivência de relações mais colaborativas. A participação das jovens nos movimentos sociais do campo (de luta pela terra, da juventude e, em especial no das mulheres), tem possibilitado a construção de novos discursos e resignificado o lugar da jovem camponesa. Elas se sentem mais empoderadas para desafiar a invisibilização de seu trabalho, seu persistente papel de subordinação doméstica, de controle de sua sexualidade e de sua liberdade de ir e vir.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Paulo P. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1998.



ABREU, Marcos José de; SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos; CAZELLA, Ademir Antônio. Rede ecovida de agroecologia: certificação participativa de produtos ecológicos e organização de núcleos regionais. *Extensio UFSC*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 159-181.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel A. Agroecology, small farms, and food sovereignty. *Monthly Review: An Independent Socialist Magazine*, New York, v. 61, n. 3, p. 102-113, 2009.

ALVES, Maria de Fátima; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. *A juventude camponesa e a sua organização social e política: o território como categoria analítica*. Pastoral da Juventude Rural. Recife, 20 dez. 2015. Disponível em: <<https://pjrbrasil.org/2015/12/20/a-juventude-camponesa-e-a-sua-organizacao-social-e-politica-o-territorio-como-categoria-analitica/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ARIAS GUEVARA, María de los Ángeles; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Gênero y agroecología: estudios de caso en Brasil. *Agroecologia*, Murcia, v. 7, n. 2, p. 101-110, 2012.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Circular SUP/AOI nº 16/2017*. Rio de Janeiro, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, Pierre. Structures, habitus, practices. In: BOURDIEU, Pierre. *The logic of practice*. Cambridge: Polity [Press](#), 1990. p. 52-65.

BRANCO, Maria Teresa Castelo; SILVA, Franciele J. Gazola. Representação social do trabalho pelos jovens Sem Terra da fazenda São Joaquim. In: SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org.). *Exercitando a cidadania no campo: a educação popular com trabalhadores Sem Terra*. Curitiba: Ed. UFPR, 2006. p. 149-164.

BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela Castro; CORADINI, Lucas. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008.

BRUNO, Regina et al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de

(Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 217-237.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 123-155.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

CONNELL, Robert William. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *Empowering women: land and property rights in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2001. (Pitt Latin American Studies).

DESMARAIS, Annette Aurélie. The Via Campesina: peasant women on the frontiers of food sovereignty. *Canadian Woman Studies*, Toronto, v. 23, n. 1, p. 140-145, 2003.

ESMERALDO, Gema G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPARETO, Sirlei A. K.; MENEZES, Marilda A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 303-328.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2014.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária*. 8 maio 2012. Disponível em: <<http://>>

[www.incra.gov.br/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria](http://www.incra.gov.br/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria). Acesso em: 23 fev. 2018.

JACOBS, Susie. *Gender and agrarian reform*. New York: Routledge, 2010.

LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. In: Juventudes no/do campo: questões para um debate. LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Org.). *Juventudes do campo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 17-27.

MARRE, Jacques Léon. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 89-141, jan./jul. 1991.

MARTINS, Fernando José (Org.). *Práticas educativas da Via Campesina*. Curitiba: CRV, 2014.

MEEK, David. Learning as territoriality: the political ecology of education in the Brazilian landless workers' movement. *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 42, n. 6, p. 1179-1200, 2015.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. In: CALDART, Roseli Salette et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 65-71.

PAULILO, Maria Ignez. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 179-201. v. 2: A diversidade das formas das lutas no campo.

PORTELLI, Alessandro. What makes oral history different. In: PERKS, Robert; THOMSON, Alistair (Ed.). *The oral history reader*. 2nd ed. London: Routledge, 2006. p. 32-42.

RENK, Arlene; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 367-390.

RENK, Valquíria Elita. *A educação dos imigrantes católicos em Curitiba*. Curitiba: Champagnat, 2004. (Coleção Gralha Azul).

REZENDE, Simone A. Diálogo de Saberes no Encontro de Culturas: o desafio da construção do conhecimento em agroecologia na Educação do Campo. *Dissertação de Mestrado*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, 2018.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 423-448.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Dia internacional da mulher no campo brasileiro: novas formas de protesto político e de resistência. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 50-80, jan./jun. 2014.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org.). *Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 141-172.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. *Women's emancipation through participation in land struggle*. 2013. Tese (Doutorado em Estudos Ibéricos e Latino-Americanos) - University of London, London, 2013.

SCHWENDLER, Sônia Fátima; THOMPSON, Lucia Amaranta. An education in gender and agroecology in Brazil's landless rural workers' movement. *Gender and Education*, Abingdon, v. 29, n. 1, p. 100-114, 2017.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. UFPE, 2006. p. 127-144.

STROPASOLAS, Valmir. Juventude rural: uma categoria social em construção. In: CONGRESOS BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past: oral history*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.

TORINELLI, Michele. Assentamento contestado, laboratório de organização popular e agroecologia. In: JORNADA DE AGROECOLOGIA, 16., 2017, Lapa. *Cadernos...* [S.l.]: [s.n.], 2017.

VIEIRA, Catarina. *As relações de gênero na organização da juventude Sem Terra*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

VIEIRA, Catarina. *Semeando a igualdade de gênero na escola itinerante Caminhos do Saber: uma relação entre movimento social e educação*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

WALBY, Sylvia. *Gender transformations*. London: Routledge, 1997.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Org.). *Juventudes do campo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 31-52.